





## Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

CNPJ/ME nº 30.799.177/0001-60 - NIRE nº 35.300.518.16-1

12 meses. 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$160.694. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

### 14. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da CART engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da CART, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Composição do risco:

Natureza do risco	Consolidado		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.523
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.828
Total	82.854	145.874	228.728

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	Consolidado		Atualização monetária	2020
	Reversões/pagamentos	Atualização		
Trabalhistas	8.479	570	(581)	742
Cíveis e ambientais	5.857	3.912	(2.433)	48
Procedimentos Arbitrais	57.316	-	-	8.944
Total	71.652	4.482	(3.014)	9.734

a) Riscos trabalhistas: A CART é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A CART é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, vide detalhamento abaixo. Processo nº 1005951-89.2015.8.26.0047 - Juízo 2ª Vara Cível da Comarca de Assis - Ação Cível Pública proposta em 16.09.2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART com pedido de tutela antecipada, pleiteando a realização de obras com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Olão. Foi proferida Sentença Parcialmente Procedente condenando a CART em obrigações de fazer e de não fazer, nos limites da área sob sua concessão, bem como ao pagamento de indenização em R\$500 (quinhentos mil reais), correspondente aos danos ambientais que se mostraram não restauráveis nas áreas de preservação permanente, corrigida monetariamente a ser recolhida ao Fundo de Defesa dos Interesses Difusos. O processo encontra-se em julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda provável é de R\$ 537. c) Procedimento Arbitral: Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A. e, por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contatos pleitos, os quais perferam, no seu entendimento, o valor provisório de R\$350.000. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26/01/2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal. Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29/03/2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia. A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 66.260 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$ 95.456 como possível e R\$ 316.546, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2020. d) Depósitos Judiciais: *Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista* Tratam-se de recursos judiciais destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$4.441. *Depósitos Cíveis - garantia:* Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 31 de dezembro de 2020 o montante é de R\$ 8.417. Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 765, ambiental no montante de R\$ 64 e regulatória no montante de R\$ 950.

### 15. RECEITA ACESSÓRIA ANTECIPADA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receita de Telecomunicação	Consolidado	
	2020	2019
Circulante	12.697	-
Não Circulante	36.925	-
Total Receita Diferida	49.622	-

### 16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A CART constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2020 são:

Provisão para Manutenção	Consolidado	
	2020	2019
Passivo Não circulante	165.977	-
Total	165.977	-

### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Reapresentado)

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 o capital subscrito da Companhia é de R\$1.633.001 (R\$630.001 em 31 de dezembro de 2019), representados por 1.633.000.500 (630.000.500 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, integralmente subscritas e parcialmente integralizadas. Durante o exercício de 2020, a controladora integralizou R\$662.700, permanecendo o total a integralizar de R\$970.300 (R\$630.000 em 31 de dezembro de 2019), conforme segue:

Data	Controladora		Instrumentos financeiros
	2020	2019	
31/12/2019	1	1	
30/04/2020	555.700	-	
24/09/2020	107.000	-	
Total integralizado	662.701	1	
Saldo a integralizar	970.300	630.000	
Total capital social subscrito	1.633.001	630.001	

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 662.701 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2019). b) Reserva legal: A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$16.081 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019). c) Dividendos: Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020 foi realizado conforme abaixo:

Descrição	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	321.616	-
Constituição de reserva legal - 5%	16.081	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	3.055	-
Reserva de retenção de lucros	302.480	-

### 18. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza: *Receitas por natureza*

Receita de pedágio	Consolidado	
	2020	2019
Receitas acessórias	267.367	-
Impostos, deduções e cancelamentos	11.704	-
Receita de serviços	254.967	-
Receita de construção	68.488	-
Receita total	323.455	-

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível. *Custos e despesas por natureza*

## Demonstrações Financeiras 2020

Pessoal	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conservação e manutenção	-	-	(27.065)	-
Despesas administrativas	(113)	-	(24.552)	-
Operacionais	-	-	(20.004)	-
Outorga variável	-	-	(7.990)	-
Custo de construção	-	-	(68.488)	-
Provisão de manutenção	-	-	(21.513)	-
Depreciação e amortização	-	-	(79.923)	-
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	-	(611)	-
Outras receitas operacionais	(113)	-	(269.260)	23
Custo de serviços prestados	-	-	(169.293)	-
Custo de construção	-	-	(68.488)	-
Despesas gerais e administrativas	(113)	-	(31.502)	-
Outras receitas operacionais	-	-	23	-
	(113)	-	(269.260)	23

### 19. RESULTADO FINANCEIRO (Reapresentado)

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre aplicações financeiras	331	-	3.584	-
Outros	-	-	119	-
Total receitas financeiras	331	-	3.703	-
Despesas financeiras	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(20.724)	-
Custo amortizado	(810)	-	(5.643)	-
Variação monetária passiva	-	-	(43.469)	-
Juros sobre debêntures	(2.095)	-	(41.012)	-
Atualização monetária - outras contas a pagar	(6.578)	-	(6.578)	-
Outros	(145)	-	(3.426)	-
Total despesas financeiras	(9.618)	-	(120.852)	-
Total resultado financeiro	(9.287)	-	(117.149)	23

### 20. RESULTADO POR AÇÃO (Reapresentado)

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O Quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Numerador básico	2020		2019	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	321.616	-	-	-
Denominador básico e diluído	122.556	1	-	-
Média ponderada das ações em milhares	2.624	-	-	-
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	-	-	-	-

A Companhia não possui instrumentos diluidores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

### 21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a CART mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Consolidado		Seguradora	Objeto
	Limite Máximo de Indenização	Início Vigência(*)		
Garantia ampliações	43.400	16/06/2020	16/06/2021	Fator (a)
Garantia funções operacionais	160.694	16/06/2020	16/06/2021	Fator (b)
Responsabilidade civil	60.000	01/05/2020	06/07/2021	HDI Global (c)
Riscos operacionais	100.000	01/05/2020	06/07/2021	Tokio Marine (d)
Garantia judicial execução fiscal	30.000	20/07/2020	20/07/2021	Austral
Auto Frota	Tabela FIPE	01/05/2020	07/07/2021	Porto Seguro
Drone	990	19/11/2020	19/11/2021	Essor
Garantia judicial execução fiscal	774	13/07/2020	13/07/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	308	16/07/2020	16/07/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	3.874	21/07/2020	21/07/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	363	03/08/2020	03/08/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	573	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	211	17/08/2020	17/08/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	604	19/08/2020	19/08/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	443	28/08/2020	28/08/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	171	22/09/2020	22/09/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	595	28/09/2020	28/09/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	306	29/10/2020	29/10/2025	Pottencial
Garantia judicial execução fiscal	308	04/11/2020	04/11/2025	Pottencial

(\*) Os seguros foram renovados observando as respectivas datas de vigência. a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. b) Garantir o cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurador venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### 22. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Caixa e equivalentes	12	-	5.249	-
Aplicações financeiras	357	-	370.826	-
Depósitos judiciais	-	-	19.637	-
Contas a receber	-	-	27.193	-
Partes relacionadas	-	-	115	-
Total do ativo	369	-	19.637	403.983
Passivos	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	347.631	-	1.631.751
Contas a pagar por aquisição de empresa	-	105.762	-	105.762
Fornecedores	-	-	-	28.287
Partes relacionadas	-	356	-	1.152
Concessão de serviços públicos	-	-	-	1.152
Total do passivo	-	453.759	-	1.767.219

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: a) Críticas, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado: Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:* Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a debêntures captadas no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este risco. A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. c) Exposição a riscos de créditos: As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha. d) Operação de derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.



31 de dezembro de 2020	Controladora				
	Valor	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos
Empréstimos e Debêntures	347.631	347.631	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresa	105.762	-	52.881	39.661	13.220
	453.393	347.631	52.881	39.661	13.220

31 de dezembro de 2020	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Total
Empréstimos e Debêntures	1.631.751	603.882	268.823	342.000	417.064
Contas a pagar por aquisição de empresa	105.762	-	52.881	39.661	13.220
Concessão de serviço público	1.157	-	-	-	-
	1.738.670	603.882	321.704	381.661	430.284

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas: i) identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. ii) Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). E requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. iii) Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). iv) Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário
---	------------------	---------